

DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO, DEMOCRACIA E SAÚDE

POR PEDRO CÉLIO BORGES

Os acontecimentos vividos pelo país durante o primeiro semestre de 2015 foram contundentes o bastante para inserir na presente conjuntura elementos capazes de contagiar a saúde de nossas instituições e de travar o desenvolvimento, de maneira a preocupar especialmente os que mantêm preocupações democráticas e progressistas. Recortando meu tema desta forma eu procuro me fazer disciplinado e próximo ao título geral desta mesa.

Dificuldades de diferentes ordens invadiram o cenário, ora modificando completamente as premissas da ação ora dando sequência às tensões e embates encenados nas eleições de 2014. Alguns dos problemas são antigos e corriqueiros na tradição elitista e excludente de nossa trajetória republicana. Trata-se de situações que, por nunca terem sido devidamente enfrentados sempre reaparecem, com novas roupagens e amplificadas. Outros problemas são novos, embora não surpreendentes.

O esboço que aqui sugiro para leitura aglutina em dois campos as dimensões importantes para dar estruturas racionais e lógicas à conjuntura. Sobressaem primeiramente, as dimensões econômicas da crise, que tendem a se agravar e a dissolver boa parte das conquistas alcançadas no ciclo anterior. Ao lado destas, o componente político da crise ganha relevo e torna-se cada vez mais decisivo, a ponto mesmo de condicionar a construção de alternativas na esfera econômica.

Na realidade “das coisas” [talvez Engels assim mencionasse] as componentes das duas matrizes atuam conjugadas, retroalimentando-se e se combinando para potencializar os estragos no conjunto do processo institucional, na economia e na cultura de rejeição e desencanto político que de há muito ganha



Pedro Célio Borges é professor de Ciências Políticas da Universidade Federal de Goiás

corpo na percepção popular. Sob tal contexto, é possível afirmar que a vida dos brasileiros entra num ciclo diferente do anterior.

O processo é certamente complexo, posto que está fincado numa sociedade complexa e crescentemente diversificada no que tange às interações e aos interesses dos atores coletivos que a compõem. Há, nele, contradições impingidas pelas dinâmicas de radicalização da modernidade com as quais ainda não nos acostumamos e que nos lançam em cenários de incertezas, de identidades efêmeras e líquidas.

No ciclo anterior, iniciado em 2002 com a ascensão do PT ao poder, os mapas intelectuais e ideológicos clássicos que sempre nos garantiam certezas, palavras de ordem taxativas e um manancial de princípios suficientes para iniciarmos as negociações preservavam alguma funcionalidade legitimadora. Deles nasciam termos fortes e convicções formadoras do consenso dos brasileiros, como inclusão social, participação, pujança econômica, protagonismo internacional.

GANHAM TERRENO OS QUE VISLUMBRAM NA FRAGILIZAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA ÓTIMAS OPORTUNIDADES PARA PRESSIONAR COM GREVES E PAUTAS DE INTERESSES PARTICULARISTAS E PARTIDÁRIOS

Agora, algo como uma distopia configura-se no imediato início do segundo Governo Dilma. Vemos a volatilidade dos discursos elevada a extremos, a ponto de confundir os sentidos, inclusive de setores democráticos, em relação à política e à democracia. Indefinições, temores e ansiedades parecem impregnadas ao debate público. Eles acabam moldando um híbrido de reflexão e sentimentos (prudência e raiva, formalismos constitucionais pró-impeachment e intolerâncias golpistas) que não se coadunam a respostas pré-estabelecidas e não isentam sequer os atores que se pretendem mais iluminados e visionários. Nos diferentes campos do governo e da oposição, a maior parte das forças dá mostras de que perdeu o rumo. Não dialogam entre si e menos ainda conseguem se comunicar com a sociedade.

ECONOMIA E POLÍTICA

Essa crise de direção ou de hegemonia apresenta vertentes expressivas na crise de legitimidade dos principais atores políticos. Reconhecê-la, cada um, é o primeiro passo para se recuperar a capacidade política, isto é a capacidade de propor, de apontar rumos, de reconstruir discursos necessários para ocupar os espaços de liderança que ficaram esvaziados. Sem atingir esse difícil empreendimento, as ameaças atuais crescerão e serão ainda mais ameaçadoras contra os avanços acumulados pela democracia desde os anos 1980 e contra as melhores de vida obtidas pela população.

Parece que a sociedade já absorveu a ideia de que a situação econômica é recessiva e de que estamos à mercê de ajustes estruturais imperativos. A queda do PIB no primeiro trimestre em 0,2% (em relação ao final de 2014) foi um primeiro sinal, que deve chegar ao tombo de 1,5% ao final do ano. A retração do consumo das famílias em 1,5% foi ainda mais dolorosa para os governistas e apoiadores, pois levou a rodo também alguns hábitos dos segmentos inseridos na festejada “classe C”. Desemprego crescente, queda de renda real fuga de investimentos ocupam as projeções mais constantes dos analistas para o ano.

Os dados negativos para estes indicado-

res refletem as medidas do período de governo anterior, tomadas para expandir o consumo interno às custas de gastos públicos, quando era necessário, igualmente ou em maior grau, impulsionar a produção e os investimentos. O pouco ou irrisório incremento da indústria nacional está na outra ponta do novelo.

Mas a questão essencial demanda soluções do plano político. De antemão, negociar sobre os custos do atual processo de ajuste exige grande capacidade de diálogo, e de fazer-se aceito como autoridade confiável, para intervir, para mediar, para incentivar criatividade e emulação de energias.

Governo e oposição têm aparentado impotência e imperícia para levar adiante essa empreitada. Aqui está o “X da questão”. Ambos não se acertam internamente, suas respectivas bases de apoio atuam como peças de um mosaico que não se encaixam. No mesmo contexto, o momento apresenta-se propício para alimentar os apetites fisiológicos no Congresso e interesses corporativos nos movimentos sociais. Nos dois lados ganham terreno os que vislumbram na fragilização da Presidência da República ótimas oportunidades para pressionar com greves e pautas de interesses particularistas e partidários.

Diante de tantas ameaças e assédios, de que ainda faz parte a escalada inflacionária, os agentes econômicos, a sociedade e o conjunto da população sentem-se desconfiado e, numa palavra que não me agrada usar, desamparados. Enxergam o executivo encantado, batendo cabeça, sem capacidade de coordenação e de se comunicar com a nação. O que sobressai são as imagens de promiscuidade entre público e privado, geradas pela “Operação Lavajato”, confirmando o que as mais triviais receitas do senso comum há muito professam. No Congresso, o quadro que nos é apresentado é tão desolador quanto, com o prosclênio ocupado pelas figuras caricatas, mas não inofensivas, dos presidentes da Câmara e do Senado. Ao lado delas, e emanado das posições centrais que ocupam, parece que somente vicejam ações da política miúda e dos arroubos extremados e fortuitos no varejo, como de Bolsonaro e Caiado, de um lado, e de Tiririca e Romário, do outro, este último merecendo todas as ressalvas, dados os efeitos positivos das suas denúncias e sacadas pontuais.

Enquanto isso, as lideranças progressistas e reconhecidas pelo

PARECE QUE A SOCIEDADE JÁ ABSORVEU A IDEIA DE QUE A SITUAÇÃO ECONÔMICA É RECESSIVA E DE QUE ESTAMOS À MERCÊ DE AJUSTES ESTRUTURAIS IMPERATIVOS

compromisso democrático perdem espaços no atacado, têm diminuído o poder de articular maiorias regimentais. Não causa estranheza que a diminuição da maioria penal caminhe a passos largos para ser definitivamente aprovada e que o principal tema para uma reforma política democrática, o fim do financiamento empresarial das campanhas eleitorais, não mais integre o horizonte das possibilidades reais.

POLÍTICA E SOCIEDADE

Do lado da sociedade, as manifestações expressivas de junho de 2013, permanecem indecifráveis para muitos. Os impulsos de decepção e por mudanças que rapidamente receberam rótulos de “não possuem projetos” ou de “inorgânicos”, permaneceram atuando, mesmo que fora das grandes manifestações, como as pesquisas o foram captando. Não cabe mais insistir na redução do rico manancial de insatisfações a uma espécie de “onda conservadora”, a revolta dos “coxinhas” ou à ação da “grande mídia golpista”. Este cômodo diagnóstico de setores governistas e apoiadores, parece prestar-se apenas a cultivar uma autocompensação apaziguadora no público interno.

O pior é desconhecer que a insatisfação abrange camadas distintas, inclusive enormes contingentes de ex-eleitores petistas, também “indignados” com o desempenho do governo de esquerda. Enquanto isso, a simbologia que de início marcou a voz rouca das ruas vai perigosamente encontrando definições na fraseologia do vácuo de poder, do imponderável, que animam fundos de elitização fieis às heranças aristocráticas de nossas classes altas e médias. No limite, abrem alas para as cantilenas do golpismo, que – felizmente – se bastam em vir a público como catarse, pois em tudo

se aparentam desprovidas de sustentação social, de contemporaneidade, senso de proporção e ética de responsabilidade.

Entre as ruas de 2013 e as de março de 2015, estas envoltas por inéditos índices de desaprovação do governo, tivemos as urnas de 2014. Não é de todo insólito extrair uma linha de continuidade nos três momentos, cada vez menos subterrânea e mais reveladora de tendências conceituais a serem levadas em conta. Dilma ganhou como ganhou, mas ganhou...Vêm dos idos de 1851 e 1872 as lições de Paris, escancarando o cerne de virtudes e limites da democracia representativa. Escancarará-los dói na alma dos de boa fé, entretanto continua valendo a crença de que o raio não corta o céu azul.

A solução política neste instante brasileiro prenuncia-se mais próxima de arranjos conservadores, de acordos que reproduzem a institucionalidade pelo alto, desdenhando das ruas e dos alertas das urnas dado a menos de um ano. Pode-se mesmo apostar que a manutenção da presidente da República continuará refém da manutenção do presidente da Câmara e, tudo indica (inclusive os movimentos externa da economia), sem condições de governabilidade. Dilma permanecerá para cumprir o mandato, se enfraquecendo até o final, de modo a inviabilizar qualquer projeto de seu eixo político-partidário para a sucessão de 2018. O próprio PT sinaliza já estar se acomodando a esse cenário. Aí temos ser o eixo que a irresponsabilidade da oposição institucional, ainda referida no PSDB, *ma non troppo*, pois para tucanos como para petistas, é assim proceder ou aceitarem o cipoal de imprevisibilidades da Lava-Jato. Enfim, mencionei a besta fera, pra não dizer que não falei de flores.

O PMDB? Aqui sim, no meio de partidos que sem pudor vivem a dissolução da sua última imagem e fingem-se de mortos no pacto de salvemo-nos todos, este continua sempre apto a jogar nas três colunas: a favor, contra ou muito antes pelo contrário, vou de eu mesmo.